



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC  
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

1 **CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER (CEDIM/SC)**, no dia 03  
2 de outubro de 2017, na Sala de Reuniões da Secretaria de Estado da Assistência Social,  
3 Trabalho e Habitação (SST), localizada na Avenida Mauro Ramos, 722. Centro.  
4 Florianópolis/Santa Catarina foi realizada a 9ª Reunião Plenária Ordinária do  
5 CEDIM/SC, do referido ano, sob a coordenação da Conselheira e Presidenta do  
6 CEDIM/SC, Sheila Sabag, representante da Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos  
7 Sexuais e Direitos Reprodutivos. A 9ª Reunião Plenária Ordinária contou com a  
8 presença das Conselheiras Titulares e Suplentes, representantes das Organizações  
9 Governamentais: Conselheira Titular Aretusa Larroyd, representante da Coordenadoria  
10 Estadual da Mulher (CEM/SC); Conselheira Titular Juliana Terezinha Martins,  
11 representante da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação  
12 (SST); Conselheira Titular Fabiana Lopes Ribeiro, representante da Secretaria de  
13 Estado do Desenvolvimento Econômico e Sustentável (SDS); Conselheira Titular  
14 Rosana Maria Ostroski, representante da Secretaria de Estado da Educação (SED);  
15 Conselheira Titular Luz Marina Stradioto Steckert, representante da Secretaria de  
16 Estado do Planejamento (SPG); Conselheira Titular e Vice-Presidenta do CEDIM/SC  
17 Patrícia Maria Zimmermann D'Ávila, representante da Secretaria de Estado da  
18 Segurança Pública (SSP); Conselheira Suplente Gláucia de Oliveira Assis, representante  
19 da Universidade do Estado de Santa Catarina/Laboratório de Relações de Gênero e  
20 Família (UDESC/LabGef); Conselheira Titular Maria Simone Pan, representante da  
21 Secretaria de Estado da Saúde (SES); Participaram também, as Conselheiras Titulares e  
22 Suplentes representantes das Organizações Não Governamentais: Conselheira Titular  
23 Myriam Aldana Vargas Santin, representante da Universidade Comunitária da Região  
24 de Chapecó (UNOCHAPECÓ); Conselheira Suplente Neusa Freire Dias, representante  
25 da Casa da Mulher Catarina; Conselheira Titular Carmem Vera Gonçalves Vieira  
26 Ramos e Conselheira Suplente Morgani Guzzo, ambas representantes do Instituto de  
27 Estudos de Gênero (IEG); Conselheira Suplente Daniele Soares Almeida, representante  
28 da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina  
29 (FETAESC); Conselheira Titular Raquel Felau Guisoni, representante da União  
30 Brasileira de Mulheres (UBM). Estavam presentes na 9ª Reunião Plenária Ordinária do



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC  
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

31 CEDIM/SC, a Secretária Executiva do CEDIM/SC Fabiana de Souza; as Conselheiras  
32 do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMUM) de Balneário Camboriú:  
33 Fabiana Lehmkuhl, Carla Backs Mansur e Rogéria Costa; a Vereadora de Balneário  
34 Camboriú, Juliethe P. Nitz e seu Assessor de Comunicação, Rafael Augusto Weiss; e a  
35 segunda secretária do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM) de  
36 Florianópolis e representante da União de Negras e Negros pela Igualdade (UNEGRO),  
37 Kaionara dos Santos. Justificou ausência por e-mail: Conselheira Titular Alliny Burich  
38 da Silva, representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). A 8ª Reunião  
39 Plenária Ordinária do CEDIM/SC teve a seguinte pauta: 1) Levantamento do Quorum;  
40 2) Aprovação da Ata da 8ª Reunião Plenária Ordinária, realizada em 05 de setembro de  
41 2017; 3) Levantamento/mapeamento das atividades possíveis junto às instituições com  
42 representação no CEDIM/SC; 4) Comitê Intersectorial/Câmara Técnica para a construção  
43 do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres (PEPM); 5) Atualização do Decreto  
44 3.668, de 01 de dezembro de 2010, que “Institui a Câmara Técnica Estadual de  
45 Implementação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher no  
46 Estado de Santa Catarina”; 6) Pacto Estadual Lei Maria da Penha; 7) Atividades 16 Dias  
47 de Ativismo; 8) Projeto Campanha Permanente Unidades Móveis: Mulheres e  
48 Cidadania; 9) Informes Gerais; e 10) Encerramento. Sheila desejou boas-vindas as/ao  
49 participante (es) e referendou que o CEDIM/SC está à disposição de todos os conselhos.  
50 Foi realizada a leitura da pauta e, por conseguinte, o levantamento do quorum. A  
51 Presidenta solicitou que a Ata da 8ª Reunião Plenária Ordinária do CEDIM/SC,  
52 realizada em 05 de setembro de 2017 fosse colocada em aprovação na Plenária  
53 Ordinária de novembro de 2017, visto que se fazia necessária a revisão da Ata por  
54 Carmem, considerando que a 8ª Reunião Plenária Ordinária tinha sido conduzida pela  
55 referida conselheira. Sheila solicitou que houvesse uma inversão dos itens da pauta, e  
56 que, portanto o item 3) Levantamento/mapeamento das atividades possíveis junto as  
57 instituições com representação no CEDIM/SC fosse discutido com a presença de  
58 Carmem, pois esse item havia sido discutido e deliberado também sob a coordenação da  
59 mesma na 8ª Reunião Plenária Ordinária do CEDIM/SC. Com a aprovação da Plenária,  
60 ocorreu a inversão da pauta e em seguida passou-se para o item 4) Comitê



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC  
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

61 Intersetorial/Câmara Técnica para a construção do PEPM. Sheila retomou a deliberação  
62 da 8ª Reunião Plenária do CEDIM/SC onde foi criada uma Comissão Técnica formada  
63 pelas conselheiras, Luz Marina, Rosana, Aretusa, Alliny, Carmem e Sheila para que se  
64 pensassem quais as instituições que seriam convidadas para compor posteriormente a  
65 Comissão Intersetorial, assim como a sua metodologia de trabalho. Fabiana de Souza  
66 falou que a primeira reunião da Comissão Técnica ocorreu no dia 27 de setembro de  
67 2017, às 13h30, na sala do CEDIM/SC, SST, onde foram tirados os seguintes  
68 encaminhamentos: Rosana e Aretusa elaborariam a minuta de texto referente ao  
69 conceito do PEPM; Carmem elaboraria a minuta de texto referente aos pressupostos;  
70 Alliny se responsabilizou pela produção textual dos princípios e Sheila elaboraria a  
71 minuta de texto referente às diretrizes. A Comissão Técnica acordou que após a  
72 elaboração textual, se reuniria no dia 19 de outubro de 2017, para compilar todo o  
73 material produzido e discutir previamente quais os eixos - embasando-se no Plano  
74 Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) - seriam elencados no PEPM,  
75 reformulando-se ainda os Grupos de Trabalho da Comissão Temática do PEPM.  
76 Fabiana Lopes Ribeiro mencionou que a elaboração de um esboço do PEPM e a  
77 definição/adequação dos eixos seria pertinente, visto que as propostas das conferências  
78 estaduais eram interligadas. Carmem complementou que a produção textual para a  
79 minuta do PEPM teria por objetivo nortear as ações da Comissão Intersetorial que seria  
80 formada posteriormente. Foi deliberando então, que na 10ª Reunião Plenária Ordinária  
81 do CEDIM/SC, em novembro de 2017, seria apresentado um esboço da proposta do  
82 PEPM. Em continuidade a pauta, Sheila mencionou que em 01 de dezembro de 2010, o  
83 Governo Estadual por meio do 5) Decreto 3.668/2010, “Instituiu a Câmara Técnica  
84 Estadual de Implementação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a  
85 Mulher no Estado de Santa Catarina” e que o CEDIM/SC verificou que tal Câmara  
86 Técnica, e embora estivesse sob validade, precisaria ser atualizada, considerando as  
87 representações que ali se faziam representadas. Sheila mencionou ainda que a  
88 atualização da referida Câmara Técnica se fazia pertinente, visto que por meio dela se  
89 poderia ser trabalhada a implantação do Pacto Estadual Maria da Penha. Sheila fez  
90 então a leitura do Decreto 3.668/2010 e após, elucidou que a referida Câmara se reuniu



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC  
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

91 por pelo menos 04 vezes, tendo por objetivo a construção do Projeto Integral Básico de  
92 Santa Catarina 2010/2011, viabilizando a assinatura por parte do Governo Estadual do  
93 Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Ainda conforme  
94 relato da Presidenta do CEDIM/SC, não houve a regulamentação do referido Decreto.  
95 Sheila sugeriu que o CEDIM/SC solicitasse a atualização da Câmara Técnica para que  
96 se pudesse trabalhar também no enfrentamento à violência contra as mulheres. Aretusa  
97 perguntou a Sheila se a Câmara Técnica poderia ser utilizada para a elaboração do  
98 PEPM. Sheila respondeu afirmativamente. Carmem sugeriu que fossem trabalhadas as  
99 propostas do contidas no Projeto Integral Básico de Santa Catarina 2010/2011. Sheila  
100 sugeriu que o CEDIM/SC oficializasse junto ao Governo Estadual a atualização do  
101 Decreto 3.668/2010 como forma de fomentar e a construção do Pacto Estadual Maria da  
102 Penha. A Plenária acatou a sugestão e o ofício seria encaminhado ao Governo de  
103 Estado. Aretusa complementou que fosse solicitada posteriormente a comunicação a  
104 todas as representações envolvidas quanto a sua participação na composição da referida  
105 Câmara Técnica. Quanto ao item de pauta 6) Pacto Estadual Maria da Penha, Sheila  
106 referendou que se fazia necessária a elaboração/proposta do referido Pacto Estadual  
107 baseando-se no Pacto Estadual de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. A  
108 Presidenta evidenciou a importância da leitura prévia da Ata da Audiência Pública  
109 Construção do Pacto Estadual Maria da Penha, realizada em 08 de agosto de 2017 e que  
110 a mesma foi encaminhada por e-mail a todas as conselheiras para a elaboração da  
111 proposta citada. Foi pontuada a necessidade de um agendamento junto a Bancada  
112 Feminina da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc) para que se pudesse  
113 discutir a elaboração de tal proposta, bem como a comunicação dos últimos  
114 encaminhamentos relativos à atualização do Decreto 3.668/2010. Sheila disse que o a  
115 proposta do Pacto Estadual deveria ser elaborada antes da realização da 2ª Audiência  
116 Pública Construção do Pacto Estadual Maria da Penha que estava previsto para março  
117 de 2018. Outro apontamento feito por Sheila foi à importância de se ter conhecimento  
118 das respostas do Governo Estadual à Bancada Feminina da Alesc quanto aos  
119 questionamentos no que dizem respeito aos programas, projetos, serviços e orçamentos  
120 desenvolvidos pelas poder público estadual sobre o enfrentamento à violência contra as



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC  
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

121 mulheres. Nesse sentido, foi deliberado que seria enviada a Bancada Feminina da Alesc  
122 um Ofício solicitando tais respostas, objetivando fundamentar posteriormente as  
123 discussões da 2ª Audiência Pública. Sheila pontuou que antes da Comissão  
124 Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Violência contra a Mulher, em 2012,  
125 houve em Santa Catarina, 01 audiência pública e 07 seminários estaduais que trouxeram  
126 subsídios para o Relatório da CPMI. Naquele período, a Deputada Estadual Ana Paula  
127 Lima, então Coordenadora da Bancada Feminina da Alesc, criou a Lei Estadual 16.620,  
128 de 07 de maio de 2015, que “Institui a Política Estadual para o Sistema Integrado de  
129 Informações de Violência Contra a Mulher no Estado de Santa Catarina, denominado  
130 Observatório da Violência Contra a Mulher-SC”, mas que não havia sido  
131 regulamentada/implementada e que, segundo Sheila se fazia necessário que o  
132 CEDIM/SC tivesse conhecimento da tramitação da referida Lei para que a mesma fosse  
133 regulamentada e que também fosse proposto que o Observatório da Violência estivesse  
134 sob a responsabilidade da SST. Sheila solicitou a Fabiana de Souza que verificasse a  
135 tramitação do Processo que tratava da Lei para que fosse feita uma análise e definidos  
136 os encaminhamentos. Em continuidade a pauta, Sheila perguntou as conselheiras, se as  
137 instituições que ali representavam haviam planejado 7) Atividades 16 Dias de Ativismo  
138 pelo Fim da Violência Contra a Mulher. Raquel e Carmem informaram que no dia  
139 seguinte, 04 de outubro de 2017, estava prevista uma reunião com a Coordenadoria  
140 Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres de Florianópolis, para ser iniciado o  
141 planejamento. Aretusa informou que no período de 20 de novembro de 2017 a 10 de  
142 dezembro de 2017 as atividades da Campanha Permanente Unidades Móveis: Mulheres  
143 e Cidadania estariam sendo desenvolvidas nos municípios da Grande Florianópolis:  
144 Biguaçu, São José, Florianópolis, Palhoça e Paulo Lopes. Aretusa grifou a importância  
145 das conselheiras estarem participando das atividades. Fabiana de Souza informou que o  
146 CEDIM/SC recebeu por e-mail uma solicitação para participar de um evento dos  
147 Correios que por meio de sua Superintendência Regional, estava planejando uma à  
148 campanha contra a violência da mulher que seria realizada no dia 28 de novembro de  
149 2017, no Auditório dos Correios, em São José, com 2 horas de duração para cada  
150 palestrante. Fabiana de Souza falou que o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC  
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

151 (COMDIM) de São Bento do Sul, também havia encaminhado por e-mail uma  
152 solicitação para que o CEDIM/SC participasse no dia 06 de dezembro de 2017, de uma  
153 Roda de Conversa sobre a violência contra as mulheres, atividade essa que faz parte  
154 da 4ª Campanha do Ativismo pelo Fim da Violência Contra as Mulheres daquele  
155 município. Sheila propôs que as solicitações fossem encaminhadas por e-mail a todas as  
156 Conselheiras. Carmem falou que o CEDIM/SC deveria ser mais propositivo e  
157 protagonizar uma Campanha para os 16 Dias de Ativismo pelo fim da Violência Contra  
158 as Mulheres. Sheila propôs que fosse discutido o item 3) da pauta referente ao  
159 Levantamento/mapeamento das atividades possíveis junto as instituições com  
160 representação no CEDIM/SC para que se fosse amadurecendo uma proposta de  
161 intervenção do CEDIM/SC referente a Campanha pelos 16 Dias de Ativismo. Sheila  
162 pediu a Carmem que contextualizasse como se originou a necessidade daquele item de  
163 pauta. Carmem expôs que a necessidade de tal levantamento/mapeamento se  
164 concretizou com as dificuldades colocadas para a materialização da proposta do PEPM,  
165 considerando a ausência de reconhecimento das ações realizadas por cada instituição,  
166 bem como as lacunas que deveriam ser preenchidas no trato ao desenvolvimento de  
167 programas, projetos ações e serviços voltados às mulheres. Adensava-se a esse contexto,  
168 o não reconhecimento das atividades realizadas pelas demais representações que  
169 compunham o CEDIM/SC. Luz Marina falou que na SPG as atividades, projetos e  
170 programas são voltados ao planejamento de obras, saneamento e meio ambiente e que a  
171 política para as mulheres não se fazia prioridade. Patrícia disse que a SSP por meio da  
172 Coordenadoria das Delegacias de Proteção à Criança, ao Adolescente, á Mulher e ao  
173 Idoso (CDPCAMI) estava desenvolvendo junto às novas turmas de delegadas (os) e  
174 agentes, atividades de formação e capacitação no trato ao enfrentamento a violência  
175 contra as mulheres, buscando sensibilizar profissionais para o atendimento as mulheres  
176 vítimas de violência, entretanto, verificava que muitas ações se faziam pontuais e não  
177 articuladas. Rosana falou que a SED por meio do Núcleo de Educação e Prevenção  
178 (NEPRE) estava elaborando um caderno de orientações, ao qual também deveria ser  
179 abordado o enfrentamento a violência contras as mulheres, pautando-se na Lei Maria Da  
180 Penha. Rosana falou ainda que as pontuações debatidas nas plenárias do CEDIM/SC



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEM/SC  
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

181 estava sido levadas para as reuniões no referido Núcleo, pois considerava que o tema se  
182 fazia relevante, visto o significativo quantitativo de situações de direitos violados nas  
183 escolas e a ausência de um efetivo preparo dos educadores para trabalhar tais violações.  
184 Aretusa pontuou a necessidade de uma ampla e complexa capacitação dos professores  
185 em âmbito estadual. A Coordenadora da CEM/SC mencionou que conversou com o  
186 Diretor Estadual do Trabalho e Emprego da SST, Thiago Chaves, quanto a  
187 possibilidade de priorização de vagas de empregos as mulheres vítimas de violência e  
188 mulheres ex-presidiárias. Maria Simone falou que a SES por meio do Comitê Estadual  
189 de Atenção às Pessoas em Situação de Violência Doméstica, Sexual e Outras Violências  
190 realizou no ano de 2016 uma oficina de enfrentamento a violência sexual. Maria Simone  
191 falou que no ano de 2017 a alteração do setor responsável pela coordenação do Comitê  
192 e a necessidade de organização e preparação da Conferência Estadual de Saúde Da  
193 Mulher e da Conferência Estadual de Vigilância em Saúde inviabilizaram a  
194 continuidade efetiva das ações do referido Comitê. Entretanto, Maria Simone  
195 mencionou que a servidora da SES, Carmem Regina Delziovo estava naquele período  
196 participando da Capacitação Intersetorial na Atenção às Pessoas em Situação de  
197 Violência Sexual, e que tinha por objetivo a articulação da rede setorial para o  
198 atendimento efetivo as mulheres vítimas de violência. Raquel sugeriu que as  
199 representantes governamentais realizassem atividades voltadas ao enfrentamento à  
200 violência contra as mulheres junto as/aos demais servidoras (es) de suas secretarias e  
201 instituições governamentais e complementou que seria importante a leitura e o estudo  
202 do PNPM como forma de embasamento às atividades realizadas junto aos órgãos  
203 governamentais. A representante da UBM falou ainda que no mês de setembro de 2017,  
204 a UBM realizou um Congresso Nacional onde foi tirada uma gama de  
205 encaminhamentos para o enfrentamento a violência e que tais encaminhamentos  
206 poderiam contribuir com as ações junto às representações governamentais. Sheila disse  
207 que diante das exposições das conselheiras, se evidenciava a necessidade de realização  
208 de uma Campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra as Mulheres, mas  
209 que se fazia necessária a compilação de estratégias para a sua realização, entre elas, a  
210 definição de quais ações, a sensibilização dos participantes e gestores, as parcerias e



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC  
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

211 divulgação da Campanha. Morgani falou sobre a importância de todas as conselheiras  
212 estarem envolvidas na realização da Campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da  
213 Violência contra as Mulheres. Sheila sugeriu que no dia 17 de outubro de 2017 fosse  
214 realizada uma Plenária Extraordinária. A Plenária acatou a sugestão e Fabiana de Souza  
215 se responsabilizou em encaminhar a convocação a todas as conselheiras. Em  
216 continuidade a pauta, Sheila pediu para que Aretusa apresentasse as atividades do 8)  
217 Projeto Campanha Permanente Unidades Móveis: Mulheres e Cidadania no mês de  
218 setembro de 2017. Aretusa informou que as atividades da Campanha Permanente  
219 Unidades Móveis: Mulheres e Cidadania estava naquela semana na Agência  
220 Desenvolvimento Regional (ADR) de Tubarão. Aretusa explicitou que a Campanha  
221 contemplou em 2017, municípios de 28 ADRs, totalizando 93 municípios e que até o  
222 final do corrente outros 35 municípios, (considerando que haviam sido incluídos outros  
223 municípios de acordo com as deliberações do Fórum de Enfrentamento à Violência  
224 Contra as Mulheres do Campo, das Florestas, das Águas e Quilombolas) de 04 ADRs:  
225 Braço do Norte, Araranguá, Criciúma e Caçador, além da Região da Grande  
226 Florianópolis que não possuía ADR. Aretusa finalizou sua apresentação com a  
227 apresentação de fotos das atividades da Campanha no mês de setembro de 2017. 9)  
228 Informes Gerais: Sheila perguntou as/aos participantes do município de Balneário  
229 Camboriú e a segunda secretária do COMDIM de Florianópolis e representante da  
230 UNEGRO se gostariam de explanar sobre as atividades que estavam desenvolvendo no  
231 trato a defesa e a garantia dos direitos das mulheres. Kaionara falou que a UNEGRO  
232 estava a disposição para participar das atividades da Campanha 16 Dias de Ativismo  
233 Pelo Fim da Violência Contra as Mulheres. A Plenária ratificou o convite para a sua  
234 participação na Plenária Extraordinária que aconteceria no dia 17 de outubro de 2017.  
235 As representantes do COMUM de Balneário Camboriú informaram que as atividades  
236 referentes aos 16 Dias de Ativismo Pelo Fim da Violência Contra as Mulheres já  
237 estavam planejadas e solicitou que o CEDIM/SC desenvolvesse atividades junto aos  
238 conselhos municipais e disponibilizasse materiais para subsidiar as ações dos  
239 municípios. Juliethe agradeceu a oportunidade de poderem participar da 9ª Reunião  
240 Plenária Ordinária do CEDIM/SC e explanou que embora não fosse conselheira



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC  
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

241 municipal, participava ativamente das atividades do COMUM de Balneário Camboriú.  
242 A vereadora informou que protocolou um Projeto de Lei para a implantação Patrulha  
243 Maria da Penha ao qual foi apresentado à Guarda Municipal de Balneário Camboriú  
244 (que participou de uma capacitação junto a Guarda Municipal de Florianópolis) e à  
245 Polícia Militar que por meio da Rede Catarina de Proteção à Mulher buscaria  
246 desenvolver ações também naquele município. Informou também que estava  
247 trabalhando para a criação do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres, e por fim  
248 convidou as conselheiras estaduais para que no dia 16 de outubro de 2017,  
249 participassem da Audiência Pública que seria realizada na Câmara de Vereadores de  
250 Balneário Camboriú onde seria discutida a criação de uma Procuradoria Especial da  
251 Mulher naquele município. Fabiana de Souza comunicou que houve a mudança do  
252 Consultor Geral da Consultoria Jurídica da SST e que o CEDIM/SC por meio de  
253 Comunicação Interna havia sido informado de que o Processo SCC 5043/2016 o qual  
254 tratava sobre a Regulamentação da Lei 16.945/2016 encontrava-se na Diretoria de  
255 Assuntos Legislativos da Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC) para análise.  
256 Fabiana de Souza informou também que no dia 02 de outubro de 2017 participou da  
257 Reunião Mensal das secretarias executivas dos conselhos estaduais vinculados a SST  
258 junto a Diretoria Estadual de Direitos Humanos, onde foram relatadas as atividades dos  
259 conselhos estaduais, além do informe de que a Diretora Maria Elisa de Caro  
260 permaneceria no referido cargo. Quanto à participação em atividades externas, Fabiana  
261 de Souza informou que Carmem e Sheila, no dia 06 de outubro de 2017 palestrariam  
262 sobre o tema “Construção do III PNPM” em uma aula ministrada pela Mestranda em  
263 Saúde Coletiva Yaná Tomasi, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).  
264 Fabiana de Souza informou que Carmem e a Conselheira Titular Eva Santos da Rosa,  
265 essa última, representante da Associação Brasileira de Portadores de Câncer (AMUCC)  
266 participaram no dia 14 de setembro de 2017, em Lages, do Seminário pelo Fim da  
267 Violência Doméstica promovido pela Bancada Feminina da Alesc. Carmem relatou que  
268 verificou a necessidade de uma efetiva integração entre as discussões, pois percebeu um  
269 debate voltado a academia e menos voltado às discussões pertinentes aos movimentos  
270 sociais. Foi pontuado também que no dia 05 de outubro de 2017, Aretusa, Carmem e



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC  
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

271 Sheila participariam do referido Seminário cuja etapa seria em Orleans. Quanto ao  
272 Seminário Estadual das Mulheres na Política e Políticas Públicas para as Mulheres,  
273 Fabiana de Souza informou que Janice Merigo, Assessora em Assistência Social da  
274 Federação Catarinense de Municípios (FECAM) havia encaminhado por e-mail ao  
275 CEDIM/SC a última versão da programação do referido Seminário, para que fosse  
276 aprovado. Fabiana de Souza fez a leitura da programação e grifou que a data foi alterada  
277 para os dias 13 e 14 de novembro de 2017, em Bombinhas. Patrícia informou que não  
278 poderia participar no segundo dia do Seminário e pediu para verificar com Janice a  
279 possibilidade de sua participação no primeiro dia. Carmem sugeriu que Gláucia ou  
280 Morgani ficassem responsáveis pela palestra “Questões de Gênero”, visto que  
281 participaria de outras atividades conforme descrito na programação. Gláucia falou que  
282 iria verificar a disponibilidade e até o dia seguinte responderia. Sheila informou que o  
283 CEDIM/SC recebeu por e-mail uma denúncia quanto a não aplicação da Lei Maria da  
284 Penha, no município de Itajaí, onde segundo o denunciante, a Polícia Civil estava  
285 exigindo representação por parte da mulher vítima de violência para deflagrar a ação  
286 penal contra o agressor, considerando também que Estado de Santa Catarina não  
287 possuía nenhum instrumento de acolhimento de mulheres vítimas de violência. Sheila  
288 fez a leitura do e-mail e solicitou a Fabiana de Souza que apresentasse por meio do Data  
289 Show a matéria jornalista (enviada pelo denunciante) link  
290 [http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/itajai-e-a-cidade-de-sc-que-mais-registra-](http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/itajai-e-a-cidade-de-sc-que-mais-registra-denuncias-de-violencia-contramulher.ghtml)  
291 [denuncias-de-violencia-contramulher.ghtml](http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/itajai-e-a-cidade-de-sc-que-mais-registra-denuncias-de-violencia-contramulher.ghtml). Sheila leu que o denunciante solicitava  
292 providências do CEDIM/SC como forma de para “minimizar o quadro de violência que  
293 vem atingindo as mulheres no Estado de Santa Catarina, especialmente na cidade de  
294 Itajaí, bem como uma petição à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, da  
295 OEA, para a imediata responsabilização do Brasil na esfera internacional”. Patrícia  
296 pediu que Fabiana de Souza encaminhasse por e-mail o link da matéria para sua análise.  
297 Fabiana de Souza informou que havia encaminhado no dia 11 de setembro de 2017 à  
298 Mesa Diretora do CEDIM/SC, e naquele mesmo momento reenviou a Patrícia. A  
299 plenária discutiu sobre os encaminhamentos a serem tomados e deliberou que seria  
300 encaminhado ao Tribunal de Justiça, Ministério Público e SSP solicitando providências.



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC  
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

301 Por fim, Aretusa informou que no dia 19 de outubro de 2017 haveria a Solenidade de  
302 Instalação da Procuradoria Especial da Mulher na Câmara de Vereadores de Penha e  
303 que, as unidades móveis naquele período também estariam desenvolvendo suas  
304 atividades naquele município. Nada mais havendo a tratar, Sheila deu por encerrada a 9ª  
305 Reunião Plenária Ordinária do CEDIM/SC e eu, Fabiana de Souza lavrei a presente ata.

  
Fabiana de Souza  
Secretária Executiva - CEDIM/SC  
Matrícula: 952.472-0